http://journal.unoeste.br/index.php/ch
DOI: 10.5747/ch.2026.v23.h 671
e-ISSN: 1809-8207

PANORAMA DAS PESQUISAS EM POLÍTICAS PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA AMAZÔNIA

Overview of research on policies for youth and adult education in the Amazon

Panorama de la investigación sobre políticas de educación de jóvenes y adultos en la Amazonía

Ivanilda Lamaral Furtado[1], Valéria Silva de Moraes Novais [2]

Universidade Federal do Estado do Amapá/UNIFAP, Macapá, AP, Brasil
Universidade do Estado do Amapá/UEAP, Macapá, AP, Brasil

RESUMO
O presente artigo tem como objetivo mapear as pesquisas relacionadas às políticas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Amazônia, a partir das publicações nas Reuniões Científicas Regionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) da região Norte. A pesquisa realizada orientou-se pela seguinte problemática: qual o panorama das pesquisas que discutiram as políticas educacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Amazônia nas Reuniões Científicas da ANPEd Norte? Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa de cunho bibliográfico, que teve como fonte de dados os Anais de publicações das cinco Reuniões Científicas da ANPEd Norte, realizadas nos anos de 2016 (Pará), 2018 (Acre), 2021 (Tocantins), 2022 (Amapá) e 2024 (Roraima). A investigação fundamenta-se no Materialismo Histórico-dialético (MHD) e utiliza a Análise de Conteúdo como técnica de análise dos dados obtidos. Os resultados da pesquisa apontaram para a pouca produção de estudos sobre a EJA nas discussões regionais da ANPEd Norte, além da existência de enorme lacuna em pesquisas sobre políticas educacionais para a EJA na Região Amazônica, mesmo em face de um período histórico marcado por apagamentos e invisibilizações, assim como subfinanciamentos, programas e ações de governo assistencialistas e passageiros direcionados à modalidade.
Palavras-chave: EJA; Políticas educacionais; Amazônia; ANPEd Norte.

ABSTRACT
This article aimed to map research related to policies for Youth and Adult Education (EJA) in the Amazon region, based on publications in the Regional Scientific Meetings of the National Association of Postgraduate Studies and Research in Education (ANPEd) in the Northern region. The research was guided by the following problem: what is the panorama of research that discussed educational policies for Youth and Adult Education (EJA) in the Amazon region at the ANPEd Northern Scientific Meetings? This is a qualitative, bibliographical research study, using as data source the proceedings of the five ANPEd Northern Scientific Meetings, held in the years 2016 (Pará), 2018 (Acre), 2021 (Tocantins), 2022 (Amapá), and 2024 (Roraima). The research is grounded in Historical Dialectical Materialism (HDM) and uses Content Analysis as a technique for analyzing the data obtained. The research results pointed to the scarcity of studies on EJA (Youth and Adult Education) in the regional discussions of ANPEd Norte (National Association of

[1] Mestrado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), linha de pesquisa Políticas Educacionais; Especialista em Linguagens e Ensino de Língua Portuguesa pela Faculdade Atual e Graduação em Licenciatura Plena em Letras Português e Letras Francês pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Professora da Educação Básica no segmento do Ensino Médio da rede estadual. ORCID id: https://orcid.org/0009-0006-1991-8817. E-mail: iva.lamaral45@gmail.com.

[2] Doutora em Educação pela Universidade Federal do Pará. Professora Adjunta na Universidade do Estado do Amapá. Professora permanente nos Programas de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e da Universidade Federal do Pará (UFPA). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional e Gestão (GEPPEG). ORCID id: https://orcid.org/0000-0003-3549-6213 E-mail: valeria.novais@ueap.edu.br.

Graduate Studies and Research in Education of the North), in addition to the existence of a huge gap in research on educational policies for EJA in the Amazon Region, even in the face of a historical period marked by erasures and invisibilities, as well as underfunding, welfare programs and fleeting government actions directed at this modality.
Keywords: EJA; Educational Policies; Amazon; ANPEd North.

RESUMEN
El presente artículo tuvo como objetivo mapear las investigaciones relacionadas con las políticas de Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) en la Amazonía, a partir de las publicaciones en las Reuniones Científicas Regionales de la Asociación Nacional de Posgrado e Investigación en Educación (ANPEd) de la región Norte. La investigación se guió por el siguiente problema: ¿cuál es el panorama de las investigaciones que discutieron las políticas educativas de Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) en la región amazónica en los Encuentros Científicos de la ANPEd Norte? Este es un estudio de investigación cualitativa y bibliográfico, que teniendo como fuente de datos los Anales de los cinco Encuentros Científicos de la ANPEd Norte, realizados en los años 2016 (Pará), 2018 (Acre), 2021 (Tocantins), 2022 (Amapá) y 2024 (Roraima). La investigación se fundamenta en el Materialismo Dialéctico Histórico (MDH) y utiliza el Análisis de Contenido como técnica para analizar los datos obtenidos. Los resultados apuntan a la poca producción sobre la EJA en las discusiones Regionales de la ANPEd Norte, además de la existencia de una enorme laguna en las investigaciones sobre políticas educativas para la EJA en la Región Amazónica, incluso frente a un período histórico marcado por borraduras e invisibilidades, así como por la falta de financiación, programas de asistencia y acciones gubernamentales fugaces dirigidas a modalidad.
Palabras clave: EJA; Políticas educativas; Amazonía; ANPEd Norte.

INTRODUÇÃO

A Região Amazônica, por ser marcada pela forte sociobiodiversidade, configura-se como um território sociocultural de sujeitos que também se desenvolvem em pedagogias diversas do cotidiano, cujas especificidades precisam ser reconhecidas e valorizadas pelas pedagogias da escola formal. Nesse cenário, e em defesa de uma educação com e para a diversidade dos sujeitos e dos saberes locais, a EJA ocupa parte nessa realidade territorial. Logo, as especificidades dos educandos da modalidade devem fazer parte das discussões das políticas educacionais, de modo a promover uma educação contextualizada e socialmente referenciada para a região.

No âmbito das políticas educacionais direcionadas à EJA, mesmo após ser reconhecida como modalidade de ensino que assume importância na busca por garantir o direito à educação àqueles que não tiveram acesso na idade própria ou desejam retornar aos estudos, permanece à margem das prioridades das políticas educacionais brasileiras, o que se revela no financiamento irregular, marcado por criação de ações e de programas temporários, por vezes descontinuados e de cunho assistencialista, e não sendo tratada como uma política permanente, diferentemente das demais etapas da educação básica, mesmo em face de problemáticas e desafios históricos (Piovesan, 2006).

No contexto de valorização das pesquisas em educação e das especificidades territoriais, as Reuniões Científicas da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd)[3] configuram-se como um espaço privilegiado de debate acerca das questões científicas e políticas, com

[3] Fundada em 16 de março de 1978, há 48 anos é uma entidade científica que atua na promoção da pesquisa e da formação pós-graduada em educação no Brasil. Ao longo de sua trajetória, tem se consolidado como um importante espaço de debate acadêmico e político na área educacional, contribuindo para a produção e a divulgação do conhecimento por meio de suas reuniões científicas nacionais e regionais. Disponível em: https://anped.org.br/historico/ Acesso em: 10 ago. 2024.

atenção tanto aos desafios regionais do Brasil quanto às grandes temáticas de alcance nacional que integram o cenário da pós-graduação e da pesquisa em educação. Nessa direção, na Região Norte, as Reuniões Científicas da ANPEd, ocorrem a cada dois anos e constituem-se em um espaço de diálogo entre professores, estudantes vinculados aos programas de pós-graduação em Educação e demais pesquisadores da área, além de favorecer a reflexão sobre os problemas regionais e locais, contribuindo para o fortalecimento da pesquisa em educação na Região Amazônica.

Frente a isso, o artigo tem como finalidade levantar as produções acadêmicas relacionadas às políticas da Educação de Jovens e Adultos nas Reuniões Científicas da ANPEd da região Norte, tendo como questionamento: qual o panorama das pesquisas que discutiram as políticas educacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Amazônia nas Reuniões Científicas da ANPEd Norte, no período 2016 a 2024? O recorte temporal considerou o ano de início da realização das reuniões nessa região, sendo em 2024 a última edição realizada até a produção desse estudo. Entende-se que as problemáticas históricas que envolvem a EJA perpassam a necessidade de demarcar a identidade e as especificidades dessa modalidade de ensino, o que consequentemente requer políticas que evidenciem tais elementos. Assim, a pesquisa realizada justifica-se pela importância de desvelar o lugar de discussão da EJA na região Norte do Brasil, dadas as características e especificidades dessa região.

A pesquisa teve como foco as cinco Reuniões Científicas já realizadas pela ANPEd Norte. O levantamento das publicações foi realizado no *site* da ANPEd, a partir das produções dos Grupos de Trabalho (GTs) publicadas nos Anais das Reuniões Científicas Regionais da ANPEd Norte[4], respeitando a ordem cronológica de realização entre 2016 e 2024. A primeira Reunião Científica da ANPEd Norte foi realizada em Belém/PA, na Universidade Federal do Pará (UFPA), no ano de 2016; a segunda, em Rio Branco/AC, na Universidade Federal do Acre (UFAC), em 2018; a terceira ANPEd Norte foi sediada pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), localizada na cidade de Palmas/TO, em 2021[5]; a quarta ANPEd Norte, realizada em 2022, foi sediada pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Em 2024, a quinta Reunião Científica Regional da ANPEd Norte foi realizada em Boa Vista/RR, na Universidade Federal de Roraima (UFRR).

Como **percurso teórico-metodológico**, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa e bibliográfica, e utiliza como instrumentos de coleta de dados os Anais das cinco Reuniões Científicas supracitadas. Para a análise dos dados, adotou-se a técnica de Análise de Conteúdo, conforme Bardin (1977), pautada nas orientações de Moraes (1999). A síntese analítica foi realizada em: *preparação* das informações (seleção das pesquisas), *unitarização* do conteúdo (objetos de pesquisa), *categorização* das unidades (categorias de análise) e *comunicação* (descrição e interpretação) dos dados finais coletados.

O referencial teórico de análise esta articulado aos princípios epistemológicos do Materialismo Histórico-Dialético (MHD), ancorado nas abordagens de Lombardi (2017) referentes à construção de um

[4] Disponível em: https://anais.anped.org.br/regionais/. Acesso em: 10 ago. 2024.
[5] No ano de 2021, devido à Pandemia de Covide-19, a reunião foi realizada de forma remota.

estudo científico direcionado e sustentado a partir da compreensão do processo histórico como um todo (objetivo e concreto), que envolve a luta da classe trabalhadora por educação configurada nas políticas públicas no país.

Para articulação com o MHD, duas categorias foram definidas como subsídios de análise dos resultados. Ao considerar as políticas para EJA parte de um todo social mais amplo, a categoria da **totalidade** foi adotada para compreender o processo conjuntural das políticas educacionais voltadas à modalidade. Parte-se do entendimento de que a educação é elemento constitutivo da atividade humana e está inserida na organização social, envolvendo, neste caso, as políticas destinadas à EJA e os pressupostos da sociedade capitalista. Nessa perspectiva, ao considerar os processos históricos, no campo das contradições, compreende-se que a modalidade integra um conjunto de interesses hegemônicos e se constitui no interior dessas disputas. Assim, a categoria da **historicidade** também se mostrou pertinente para a análise das políticas educacionais para a EJA no contexto brasileiro, evidenciando a influência ideológica do capitalismo na formulação dessas políticas e seu papel na reprodução e manutenção das relações de produção. Logo, nessa relação complexa e crítica, as categorias relacionadas são importantes para compreender o fenômeno educativo dentro de uma abrangência maior.

Para a apreensão de dados foi realizada a busca nos anais da ANPEd Norte no período de agosto e setembro de 2024. Durante esse período, foram utilizados os seguintes passos de busca: [1] busca pelos Anais das Reuniões Regionais da ANPEd Norte; [2] busca por Grupo de Trabalho (GT) e identificação do GT referente à EJA (de acordo com a definição da universidade sede); e, [3] identificação e apreensão das produções. Como critérios de inclusão, considerou-se pesquisas que abordavam temas relacionados às políticas educacionais para a EJA. Foram excluídos os estudos que apenas mencionavam a EJA, sem analisá-la enquanto política pública ou como objeto central de investigação. Tais procedimentos permitiram a delimitação, organização e categorização temática dos dados para análise, com base na Análise de Conteúdo, conforme Bardin (1977), descritas no quadro abaixo:

Quadro 1 - Sistematização e Categorização dos dados

Categorias	Unidades de análise	Critérios aplicados	Função da análise
Fonte bibliográfica	Anais da ANPEd Norte	Reuniões Regionais	Delimitação do corpus
Organização temática	Grupos de Trabalho (GTs)	Identificação do GT de EJA	Recorte analítico
Seleção do corpus	Produções científicas	Identificação e coleta	Constituição dos dados
Inclusão	Estudos sobre EJA	Políticas educacionais	Foco da pesquisa
Exclusão	Estudos com EJA	Menção superficial	Refinamento analítico

Fonte: As autoras.

Na organização da categorização temática, inicialmente, definiu-se que as produções seriam organizadas a partir dos GTs com identificação daqueles vinculados à EJA, no entanto, foi necessário realizar a busca em outros grupos de trabalho com afinidades na área de conhecimento, conforme Azevedo

e Aguiar (2001), que indicam que essas discussões podem ocorrer nos espaços institucionais. Assim, a definição da fonte, aliada à identificação dos GTs e aos critérios de inclusão e exclusão, possibilitou um recorte analítico coerente com os objetivos do estudo, assegurando rigor metodológico na busca e na seleção das produções.

Nessa busca, foram encontradas apenas quatro publicações referentes ao tema, sendo duas na ANPEd Pará, uma na ANPEd Acre e uma na ANPEd Amapá. Diante do baixo número de publicações, optou-se por fazer a busca em outros GTs, que integram discussões de Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos e Educação Popular (havendo diferenças de nomeação em algumas instituições). A busca nesses GTs justifica-se pela compreensão da EJA como dimensão constitutiva das lutas de classes no âmbito dos processos educativos dos trabalhadores, bem como por sua vinculação histórica e epistemológica às matrizes da educação popular de inspiração freiriana. Da mesma forma, permaneceu o número de resultados insatisfatórios. Assim, optou-se por ampliar o tema e considerar políticas educacionais da EJA e Educação de Jovens e Adultos, nos GTs supracitados.

Para as discussões, este estudo está dividido nas seguintes partes: a primeira traz os aspectos teóricos e conceituais da pesquisa; a segunda apresenta o panorama das pesquisas em políticas para a EJA nas Reuniões da ANPEd Norte; a última aponta os resultados e discussões, seguida das conclusões finais.

A PESQUISA EM POLÍTICA EDUCACIONAL NA AMAZÔNIA: ASPECTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS

O cenário educacional na região amazônica é, sem dúvida, caracterizado pela rica diversidade étnica, cultural, de falares e, sobretudo, de conhecimentos específicos dos territórios amazônicos. Contraditoriamente, no mesmo cenário, a enorme desigualdade social e econômica também caracteriza a realidade precária dos que têm acesso à educação pública.

Nos últimos anos, é notório o aumento de recursos econômicos e políticas educacionais voltados para a Amazônia. Porém, as estratégias adotadas, em sua maioria, não representam a real necessidade da população amazônica, pois são niveladas a modelos convencionais adotados em outras realidades brasileiras. Em sua maioria, as decisões se dão de forma centralizada, sem considerar os aspectos regionais e suas especificidades, geradas no processo de elaboração e implementação das políticas educacionais.

Em *A política educacional e seus objetos de estudo*, Souza (2017) discute a tipologia da Ciência Política e a caracteriza por quatro tipos distintos: políticas distributivas (tomadas pelo governo e privilegiam certos grupos sociais ou regiões, em detrimento do todo); políticas regulatórias (envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse); políticas constitutivas (lidam com o sistema tributário e previdenciário); e, as políticas redistributivas, que atingem maior número de grupos sociais e são, em geral, políticas sociais universais. Dias, Cordeiro e Jacomini (2016) afirmam que, na lógica da tipologia assumida, a educação é situada entre as políticas redistributivas.

O campo das políticas educacionais compreende, de acordo com Azevedo e Aguiar (2001), parte do conjunto das políticas públicas para os grupos sociais, entendidas como a expressão da ação social “ou não”

do Estado (grifo do autor). Nesse contexto, tem como principal referente a máquina governamental, no movimento de formulação, regulamentação e aplicação no setor da educação. Tal processo é agravado pelos parâmetros decorrentes das políticas neoliberais vigentes, que tendem a distanciar a política educacional do atendimento dos direitos de cidadania. Conforme os autores, esse movimento faz com que a política educacional seja um instrumento que contribui para o aumento dos níveis de exploração e de exclusão que caracterizam a educação atual na Amazônia.

Em precedência, Gramsci (2004) ressalta que no Estado, as funções de justificar e manter a dominação, conciliando força e consenso ativo dos governados, designam *hegemonia* - na medida em que atuam para construir e manter a liderança social da classe dominante. A concepção de Estado diferencia-se entre: Estado em sentido estrito e Estado em sentido amplo ou integral. Tal diferenciação não implica dois conceitos de Estado, mas dois momentos da articulação do campo estatal em função de interesses hegemônicos. Nessa mesma direção, Hofling (2001) destaca que as políticas públicas são de responsabilidade e dever do Estado. Porém, a promoção e implementação devem ocorrer a partir de um processo de tomada de decisões, que envolva órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. No entanto, a educação, enquanto política pública de responsabilidade do Estado, é planejada com base num modelo historicamente hegemônico, que restringe direitos do cidadão e prioriza outros interesses, na chamada **política distributiva** descrita por Souza (2017).

O autor apresenta, ainda, reflexões e discussões sobre as políticas educacionais e os conflitos que lhes são subjacentes, possibilitando a avaliação das ações empreendidas e de seus impactos nos contextos educacionais do país. Por esse motivo, a realização de pesquisas no campo da educação, em sentido amplo, busca investigar as experiências decorrentes dessas relações, com o objetivo de problematizar questões que envolvem a educação e identificar possibilidades de enfrentamento para as dificuldades identificadas.

Certamente, a forma como o Estado direciona as políticas educacionais para a diversidade amazônica contrapõe-se à realidade social e econômica da região. Para Dalbosco (2014), a pesquisa em políticas educacionais deve investigar experiências formativas que ocorrem entre dois ou mais seres humanos inseridos em um determinado contexto social e natural. De acordo com o autor, em se tratando de educação, a experiência humana é conceito-chave do ato investigativo, independentemente da perspectiva teórica e metodológica adotada. Assim, é necessário buscar compreender e elucidar as intenções por trás da criação de programas educacionais constituídos em políticas públicas que, em sua maioria, trazem modelos padronizados de educação para o país.

Nesse contexto, torna-se necessário pensar nas especificidades das políticas educacionais para a Amazônia, uma vez que suas dinâmicas geográficas demandam um olhar diferenciado. Principalmente em relação ao seu papel na mitigação das desigualdades sociais que persistem entre as diferentes comunidades. Nesta perspectiva, Cavalcante e Weigel (2002) destacam que do ponto de vista cultural, a população amazônica é caracterizada pela rica sociodiversidade. Existem na região diferentes etnias, em pleno uso de suas línguas e culturas maternas. Somam-se a elas, a cultura cabocla, vivida por grupos

ribeirinhos que constituem modos de vida amazônicos, representando conhecimentos, formas de coexistência e utilização do meio local.

Para Matos e Andrade (2023, p. 15) a educação, quanto política, é de responsabilidade do Estado e precisa ser analisada e compreendida como um dos direitos da cidadania. Os autores pontuam que é de fundamental importância, nesta área de pesquisa, "[...] promover pesquisas que visem compreender quais temas sobre políticas públicas educacionais têm se constituído em objeto de preocupação epistemológica dos pesquisadores". Em outras palavras, a discussão sobre as políticas educacionais e os conflitos subjacentes na sociedade, oportuniza a compreensão e a análise das ações (ou não) do Estado às demandas sociais.

Sob esta perspectiva, a Educação de Jovens e Adultos historicamente está vinculada à luta pelas demandas sociais do público de estudantes trabalhadores e dos grupos marginalizados, que até hoje buscam por um ensino democrático e inclusivo, principalmente, às comunidades quilombolas, indígenas e ribeirinhas. Nessa direção, inspiradoras e relevantes são as contribuições de Paulo Freire (1996, p. 22), ao inferir que sejam considerados no processo educativo desse público, os saberes e as suas vivências, discutindo a razão de ser de suas realidades. Para o educador "[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção", e acrescenta que o "[...] diálogo entre saberes" é condição essencial na tomada de consciência.

Na concepção freiriana, o diálogo favorece a aproximação e integração do homem com o meio, com o outro e com a realidade social e política (Freire, 1987). Nesse sentido, o pluralismo de experiências, culturas e costumes deve ser considerado no ensino inclusivo e democrático. Dessa forma, a articulação entre os conhecimentos dos diferentes públicos da Região Amazônica e uma base curricular comum não pode ocorrer de maneira homogênea, devendo ser construída coletivamente pelos sujeitos envolvidos, em diálogo com os saberes locais. Essa perspectiva contribui para potencializar os conhecimentos empíricos das comunidades amazônicas. Para Freire (1987), a ação dialógica na educação favorece a formação de cidadãos críticos e reflexivos acerca de sua condição humana e existencial. Logo, torna-se fundamental repensar as ações pedagógicas e metodológicas direcionadas aos estudantes jovens e adultos na Amazônia.

Nessa direção, pensar o currículo voltado às demandas do cotidiano e que esteja voltado à identidade social e local dos educandos da EJA, deve ser parte fundamental na construção e no desenvolvimento das políticas educacionais no cenário amazônico. Além disso, a democratização do acesso à educação na Amazônia[6] requer considerar as práticas culturais, línguas e diversidades locais. Etnias indígenas, comunidades quilombolas e grupos ribeirinhos que buscam a EJA, têm o direito de ser atendidos por políticas educacionais que respeitem e valorizem suas organizações culturais e de vida.

Na última década, as políticas voltadas para a EJA no Brasil sofreram significativo esvaziamento no âmbito das agendas governamentais. Embora historicamente reconhecida como modalidade essencial para

[6] Política de ocupação do Governo Vargas "Brasil Rural" (1930 a 1941), traçou uma política explícita de fixação dos trabalhadores no campo; primeiro pretendia atingir o centro-oeste brasileiro, mas logo essa política também se voltou para a Amazônia, "[...] o governo Vargas concebeu um amplo plano chamado "Marcha para Oeste" (Secreto, 2007, p. 115)

a garantia do direito à educação, a EJA vem sendo invisibilizada nos principais documentos orientadores das políticas educacionais recentes. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por exemplo, em todas as versões, não contempla as especificidades desse público, reproduzindo uma lógica de currículo único que desconsidera a diversidade dos sujeitos e suas trajetórias formativas. Da mesma forma, a Política Nacional de Alfabetização (PNA), implementada em 2019, negligenciou a alfabetização de jovens e adultos, assim como de idosos, reforçando a marginalização dessa modalidade. Esse cenário revela uma tendência preocupante de ausência de prioridade para a EJA nas políticas públicas, acentuando as desigualdades educacionais e restringindo as possibilidades de acesso e permanência na escola desse público historicamente excluído.

Nesse cenário desfavorável, a EJA é respaldada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (DCN/EJA), que lhe conferem a **função reparadora,** voltada a restaurar o direito à escola de qualidade e de garantir um ensino democrático e inclusivo para grupos que ainda hoje sofrem as consequências das desigualdades históricas brasileiras. Trata-se, portanto, de um mecanismo de reivindicação de um **currículo identitário**, capaz de valorizar os saberes e experiências dos sujeitos da EJA na Região Amazônica. Logo, é essencial que as políticas educacionais sejam sensíveis ao contexto regional, que respeitem e valorizem a identidade geográfica e cultural dos estudantes da EJA, a fim de fortalecer a tradição das bases comunitárias e contribuir para o equilíbrio sociocultural da população da Amazônia.

Para Bourdieu (2004), a pesquisa de um determinado campo científico precisa considerar seus processos de reconhecimento e legitimidade. Por essa razão, optou-se por analisar as produções científicas nos anais do conjunto das Reuniões Científicas Regionais da ANPEd Norte, no qual se configura um campo de legitimidade nas pesquisas em educação, conferida àqueles que dele participam. A ANPEd cumpre uma função de mediar junto à sociedade em geral, a produção e socialização de pesquisa na área de educação em todo o país.

Em pesquisa em educação e seus campos de atuação no Brasil, vários autores comungam das concepções de Bourdieu, como é o caso de Brandão (2002), que retoma os conceitos do sociólogo para caracterizar o processo analítico da pesquisa em política educacional, compreendendo que: o objeto em estudo, o processo dinâmico, inclusive a reflexão sobre a própria perspectiva teórica, referem-se ao processo da pesquisa como um todo, a qual pode ser tomada como hipótese. Azevedo e Aguiar (2001, p. 50) também recorrem a Bourdieu (2004) para caracterizar a luta científico-política pela legitimidade da pesquisa, que “[...] depende da estrutura que se forja no interior de cada campo de saber, que é também condicionada por fatores a ele externos”. Os conceitos do autor trazem à tona a necessidade do pesquisador, de ter objetividade e definição de posicionamento no campo da sociologia das políticas e no campo das políticas nacionais de educação.

A partir dessas formulações e reflexões de Bourdieu, pontuadas pelos autores supracitados, esta pesquisa sobre as produções em políticas para EJA na ANPEd Norte, caracteriza-se por um metaestudo configurado em **metapesquisa** em política educacional, dos elementos conceituais e metodológicos de

Mainardes (2018). No estudo, o autor explica que as “pesquisas sobre pesquisas” são realizadas com a finalidade de reestudar o mesmo fenômeno que já foi previamente estudado (replicação, por exemplo) ou para estudar os resultados e os processos (teorias, métodos) de estudos já realizados. Esse último tipo, segundo Mainardes (2018), é definido como ‘metaestudo’, que pode ser considerado um “estudo de segunda ordem”. Os estudos de primeira ordem analisam um fenômeno dado (mundo real) e os estudos de segunda ordem analisam os estudos já realizados.

Corroborando, Gonçalves (2008) fala da importância de considerar (no texto da pesquisa) os elementos conceituais, como as palavras-chave, caracterizadas como um instrumento de representação das informações contidas nos textos científicos. São elementos essenciais enquanto recurso da ciência da informação e têm a finalidade de partilhar conhecimento ao leitor e ao pesquisador. Para o autor, elas também se revelam úteis para a *indexação* em mecanismos de busca e para a categorização de textos em artigos científicos. Dada a importância desses aspectos no texto científico, pode-se afirmar que as palavras-chave representam a abrangência do tema e de seus principais conceitos no âmbito dos trabalhos científicos. Portanto, a pesquisa deu-se também, com base nas interpretações conceituais desses elementos e metodologias utilizadas nas publicações.

PANORAMA DAS PESQUISAS EM POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NAS REUNIÕES DA ANPED/NORTE

Para o levantamento das produções e análise dos dados, os aspectos analisados em cada publicação, foram: a definição do Grupo de Trabalho (GT), os títulos, o resumo, as palavras-chave e a metodologia utilizada na pesquisa, em cada texto. A partir da leitura de todos os resumos e introduções das produções, foi possível identificar as discussões em EJA como objeto de pesquisa nessas produções, além de dados estatísticos, referencial teórico e abordagens epistemológicas. No mais, e de maior importância, foi possível captar a dimensão de como cada indivíduo, grupo ou instituição vivencia concretamente a modalidade EJA nas diferentes localidades da sociedade amazônica.

Assim, os quadros exibidos a seguir demonstram as produções científicas encontradas nos anais das reuniões da ANPEd Norte nas instituições que foram sede destas reuniões, sendo elas: Pará (2016), Acre (2018), Tocantins (2021), Amapá (2022) e Roraima (2024), apresentadas nesta ordem.

O Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará (PPGED/UFPA), a ANPEd e o FORPRED Norte organizaram a primeira Reunião Científica Regional da ANPEd Norte realizada na Universidade Federal do Pará (UFPA) em Belém/PA, com o tema Políticas Públicas e Formação Humana: Desafios para a educação na Panamazônia. As publicações foram identificadas conforme o Quadro 2 a seguir:

Quadro 2 - Publicações sobre EJA nas Reuniões da ANPEd Norte, realizada no Pará

Cidade/ Estado	Grupo de Trabalho	Publicação/Autores	Palavras-chave	Metodologia utilizada
Macapá/ Amapá	GT-12 Currículo	Título: Teoria curricular crítica e a pedagogia freiriana: uma análise no currículo da EJA. Autores: VIANA, Sirliane; RIBEIRO, Adalberto (2016)	Teoria; Currículo; EJA.	Qualitativa, por meio de pesquisa documental e com o uso de entrevistas.
Belém/ Pará	GT-15 Educação Especial	Título: A problemática da inclusão de jovens e adultos na educação especial. Autora: CARVALHO, Mônica (2016)	EJA; Educação Especial; **Políticas Públicas.**	Análise bibliográfica e de documentos.
Bragança/ Pará	GT-20 Psicologia da Educação	Título: Objetos radiofônicos: cultura material escolar e a Educação De Jovens e Adultos (Bragança-Pará, 1960 – 1970). Autor: ANDRADE, Rogério (2016)	Objetos radiofônicos; Cultura material escolar radiofônica; Educação de Jovens e Adultos	Pesquisa documental.
Moju/ Pará	GT-18 Educação de Pessoas Jovens e Adultas	Título: Avaliação da aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos: um estudo em escolas públicas no município de Moju/PA. Autores: PATRÍCIO, Rafael; HAGE, Maria (2016)	Não apresentou	Levantamento teórico; pesquisa de campo; entrevistas.
Belém/ Pará	GT-06 Educação Popular	Título: Análise de algumas metodologias de ensino de pessoas Deficientes intelectuais em classe de EJA. Autora: CARVALHO, Mônica (2016)	Estratégias e Metodologias; Práticas Pedagógicas; Educação de Jovens e Adultos	Pesquisa participante de abordagem qualitativa.
Abaetetuba/Pará	GT-22 Educação Ambiental	Título: A educação ambiental no contexto da Educação de Jovens e Adultos: um estudo de caso no município de Abaetetuba, PA. Autoras: GONÇALVES, Alessandra; SILVA, Marilena (2016)	Educação Ambiental; Educação de Jovens e Adultos; Escola.	Pesquisa de campo (com entrevistas) e documental.
Belém/ Pará	GT-18 Educação de Pessoas Jovens e Adultas	Título: O desvelar do currículo na Educação de Jovens e Adultos no cenário ribeirinho da Amazônia: um ressignificar das ideias forças de Paulo Freire. Autora: CARDOSO, Maria (2016)	Currículo; Educação de Jovens e Adultos; Docente.	Pesquisa qualitativa por meio de pesquisa bibliográfica.
Belém/ Pará	GT-18 Educação de Pessoas Jovens e Adultas	Título: Políticas educacionais vigentes: as contribuições para a qualidade social da EJA. Autor: ALMEIDA, Fernando (2016)	**Política Educacional**; Contribuições; Educação de Jovens e Adultos.	Análise documental.
Belém/ Pará	GT-18 Educação de Pessoas Jovens e Adultas	Título: Representações sociais: construções da identidade docente na Educação de Jovens e Adultos. Autoras: NEVES, Joana D.; CUNHA, Alessandra; ROCHA, Nádia (2016)	Representações sociais; Identidade docente, Educação de Jovens e Adultos.	Pesquisa com entrevistas semiestruturadas.
Belém/ Pará	GT-18 Educação de Pessoas Jovens e Adultas	Título: Educação de Jovens e Adultos a partir da ótica dos Organismos Multilaterais: enfrentamentos necessários na luta pelo direito à educação pública. Autora: COSTA, Maria da C. (2016)	Educação de Jovens e Adultos; Organismos Multilaterais; Direito à educação pública.	Pesquisa documental e bibliográfica.

Manaus/ Amazonas	GT-18 Educação de Pessoas Jovens e Adultas	Título: Formação continuada de professores da secretaria municipal de educação de Manaus/Amazonas e sua interface com o perfil do aluno da Educação de Jovens e Adultos. Autores: GOMES, Jediã; SOUZA, Adriana R. (2017)	Educação de Jovens e Adultos; Formação continuada; SEMED/Manaus.	Pesquisa qualitativa com coleta de dados a partir de questionários.

Fonte: As autoras, com base nos dados da ANPEd Norte.

Com base nos anais da reunião regional da ANPEd realizada no Pará, das 210 publicações apresentadas, 11 discutiram a temática EJA, sendo que apenas duas estavam direcionadas para as políticas para a EJA. A primeira, intitulada *A problemática da inclusão de jovens e adultos na educação especial,* de origem do GT-15, traz em discussão o conceito de inclusão do ponto de vista filosófico e enquanto política pública e de exclusão a partir de uma análise documental da legislação, fazendo uma interface entre a EJA e a Educação Especial Inclusiva (EEI). A pesquisa traz como metodologia a análise bibliográfica e documental e como principais referenciais teóricos, autores como Paulo Freire (1996), Macedo (2006), Buber (2004) e Marx (1980).

A segunda publicação, intitulada *Políticas educacionais vigentes: as contribuições para a qualidade social da EJA*, é oriunda do GT-18. O estudo problematiza a política educacional voltada à EJA, bem como suas diretrizes nacionais e municipais no município de Ananindeua/PA. A partir de uma análise documental, o texto apresenta questionamentos acerca das possíveis contribuições dessas políticas para a qualidade social da EJA no âmbito da educação escolar, especialmente para os estudantes do município. Como principais referenciais teóricos, o autor mobiliza os estudos de Lüdke e André (1986), Beisiegel (1997) e Haddad (2007).

Assim, com a leitura dos elementos fundamentais das publicações, foi possível identificar que são destinadas às políticas educacionais para a EJA, considerando tanto o referencial teórico adotado quanto o teor das discussões e dos questionamentos apresentados. À luz de autores como Beisiegel (1997) e Macedo (2006), os estudos evidenciam a necessidade de pensar a EJA como um espaço de inclusão real e de qualidade social, vinculado à transformação das condições concretas de vida dos sujeitos. Ao mesmo tempo, apontam as contradições presentes na legislação e na implementação das políticas destinadas à EJA, o que também reforçam essa classificação.

Voltando ao quadro, de modo geral as publicações apresentaram, em seus textos, descrição da metodologia utilizada[7] na pesquisa, assim como elementos que possibilitaram a imediata identificação da temática desenvolvida, sobretudo por meio do uso de palavras-chave. Sendo que apenas uma publicação, oriunda da UEPA/Pará, não apresentou esse registro.

Como observado, e considerando a origem institucional das publicações, encontrou-se a seguinte distribuição: três vinculadas à Universidade do Estado do Pará (UEPA), seis à Universidade Federal do Pará

[7] As definições de metodologia, descritas no quadro, seguem as informações extraídas do texto de introdução das publicações.

(UFPA), uma à Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e uma à Secretaria Municipal de Educação de Manaus (SEMED).

Referente aos Grupos de Trabalho que apresentaram pesquisas sobre a temática da EJA, observa-se um quadro bastante variado, no qual a questão aparece tanto como foco central quanto em segundo plano de discussão. Esse resultado decorre do fato de a busca ter sido realizada em todos os GTs. Quanto à abordagem temática, das onze publicações, seis colocavam a EJA em primeiro plano de discussão, sendo que 04 (quatro) voltadas para a Educação de Pessoas Jovens e Adultas (GT-18), uma em Educação Especial (GT-15) e uma em Educação Ambiental (GT-20).

A segunda Reunião Regional da ANPEd Norte foi realizada em Rio Branco/AC, na Universidade Federal do Acre (UFAC), em 2018, com o tema Desafios da Educação na Amazônia: ultrapassar fronteiras e superar limites. As publicações foram identificadas conforme o Quadro 3 a seguir:

Quadro 3 - Publicações sobre EJA nas Reuniões da ANPED/Norte/Acre

Cidade/ Estado	Grupo de Trabalho	Publicação/ Autores	Palavras-chave	Metodologia utilizada
Belém/ Pará	GT-18 Educação de Pessoas Jovens e Adultas	Título: Educação de Jovens e Adultos e Educação Popular na Amazônia: um estudo sobre a federação de órgãos para a Assistência social e educacional (fase), na cidade de Belém-PA. Autoras: GOMES, Maria R.; BARBOSA, Francy T.; OLIVEIRA, Ivanilde (2018)	Educação de Jovens e Adultos; Educação Popular; Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE).	Pesquisa qualitativa com entrevista semiestruturada.
Belém/ Pará	GT-18 Educação de Pessoas Jovens e Adultas	Título: Educação de adultos na região metropolitana de Belém: um estudo sobre as possibilidades de mobilização à Qualidade do ensino. Autor: PEREIRA, Ricardo A. (2018)	Educação de adultos; RMB; Mobilização; Qualidade.	Análise crítico-interpretativa; entrevista Semiestruturada.
Belém/ Pará	GT-18 Educação de Pessoas Jovens e Adultas	Título: A Educação de Jovens e Adultos como direito fundamental: um olhar sobre o município de Bragança-PA. Autores: NEVES, Joana D.; SILVA, Sebastião R.; GONÇALVES, Gabriela (2018)	Direito Fundamental; Educação de Jovens e Adultos; **Políticas Públicas.**	Pesquisa qualitativa e documental com entrevista semiestruturada.
Cametá/ Pará	GT-18 Educação de Pessoas Jovens e Adultas	Título: O perfil social dos sujeitos do Projovem urbano e os velhos/novos desafios para a Educação de Jovens e Adultos. Autora: CARDOSO, Adriana (2018)	Projovem Urbano; perfil social; Educação de Jovens e Adultos	Pesquisa documental e entrevista semiestruturada.

Fonte: As autoras, com base nos dados da ANPED/Norte.

Com base nos anais, das 164 publicações apresentadas, quatro versaram sobre a EJA, sendo uma com abordagem de política para EJA, intitulada *A Educação de Jovens e Adultos como direito fundamental: um olhar sobre o município de Bragança-PA* (de origem do GT-18), com referencial teórico de autores como Arroyo (2017) e Saviani (2013). Os autores analisam o processo de constituição da Educação de Jovens e

Adultos como um direito fundamental e os “impactos/alcance” dessa compreensão no campo das políticas públicas no Município de Bragança/PA. O texto traz como abordagem metodológica a pesquisa do tipo qualitativa e documental, além do uso de entrevista semiestruturada. Nesse sentido, as abordagens teóricas e os questionamentos que envolvem o texto referem-se a questões de políticas educacionais.

Com base no quadro, as publicações apresentaram as descrições da metodologia utilizada na pesquisa, assim como, elementos de identificação da temática desenvolvida, como as palavras-chave. Como observado, as quatro publicações estão vinculadas à Universidade Federal do Pará (UFPA), todas de origem do Grupos de Trabalho: Educação de Pessoas Jovens e Adultas (GT-18). Quanto a abordagem temática, das quatro, uma não discutia a EJA em primeiro plano, destinada ao programa social Projovem Urbano.

A terceira reunião regional da ANPEd Norte foi sediada pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), localizada na cidade de Palmas/TO, com o tema Direito à Educação na Amazônia: diversidade, inclusão e resistência. As publicações foram identificadas conforme o Quadro 4 a seguir:

Quadro 4 - Publicações sobre EJA nas Reuniões da ANPED/Norte/Tocantins

Cidade/ Estado	Grupo de Trabalho	Produção/ Autores	Palavras-chave	Metodologia utilizada
Palmas/ Tocantins	GT-18 Educação de Pessoas Jovens e Adultas	Título: Reflexões sobre juventudes e Educação de Jovens e Adultos. Autoras: SILVA, Ademir; ZACARIOTTI, Marluce (2021)	Não apresentou	Pesquisa bibliográfica e de campo com abordagem qualitativa; entrevista semiestruturada.
São Luís /Maranhão	GT-03 e 06 Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos e Educação Popular	Título: As contribuições da pedagogia da autonomia de Paulo Freire para a emancipação humana. Autoras: BARROSO, Betania; FREITAS, Jullyana C. (2021)	Não apresentou	Pesquisa bibliográfica de Qualitativa com entrevista.

Fonte: As autoras, com base nos dados da ANPED/Norte.

Com base nos anais, das 155 publicações apresentadas, apenas duas abordam a temática EJA, sendo uma da UFT/TO e a outra da UFMA/MA.

Essas publicações apresentaram a metodologia utilizada na pesquisa, porém não trazem as palavras-chave como elemento de identificação temática. Como se observa, as duas publicações são de GTs diferentes (18 e 03, 06), sendo as duas vinculadas à Universidade Federal de Tocantins (UFT). Quanto a abordagem temática, as duas publicações não discutiam a EJA em primeiro plano. Uma trouxe dados de avaliação dos estudantes acerca da modalidade, já a outra, destina-se às discussões das contribuições da pedagogia da autonomia de Paulo Freire e cita a EJA como sendo parte do processo.

A quarta reunião regional da ANPEd Norte, realizada em 2022, foi sediada pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), com o tema Educação na Amazônia com Justiça Social e Garantia do Direito à Educação. As publicações foram identificadas conforme o Quadro 5 a seguir:

Quadro 5 - Publicações sobre EJA nas Reuniões da ANPED/Norte/Amapá

Cidade/ Estado	Grupo de Trabalho	Produção/ Autores	Palavras-chave	Metodologia Utilizada
Belém/ Pará	GT-03 06 18 Movimentos Sociais, Educação Popular e EJA	Título: O currículo de EJA em escola quilombola na Amazônia paraense: Avanços e limites ao reconhecimento das comunidades quilombolas. Autores: ARAÚJO, Lucila; CORRÊA, Sérgio R. (2022)	Não apresenta	Não mencionou.
Belém/ Pará	GT-03 06 18 Movimentos Sociais, Educação Popular e EJA	Título: Precarização das condições de trabalho docente na EJAI: um Olhar sobre a valorização profissional. Autora: GOMES, Maria R. (2022)	Não apresenta	Entrevista semiestruturada; levantamento documental.
Macapá/ Amapá	GT-03 06 18 Movimentos Sociais, Educação Popular e EJA	Título: O direito à Educação para Jovens e Adultos privados de liberdade: Uma análise a partir do estado do conhecimento. Autoras: CHAGAS, Tiaga de J.; SIMOES, Helena C. (2022)	Não apresenta	Pesquisa bibliográfica; levantamento de literaturas, teses, dissertações e artigos.
Palmas/ Tocantins	GT-03 06 18 Movimentos Sociais, Educação Popular e EJA	Título: Itinerários formativos on-line: o apoio da universidade no Fortalecimento da Educação Popular por meio da internet. Autores: BRITO, Marlon; OSÓRIO, Neila; EVANGELISTA, Elizangela (2022)	Não apresenta	Pesquisa bibliográfica e de campo; análises de Conteúdos.
Macapá/ Amapá	GT-03 06 18 Movimentos Sociais, Educação Popular e EJA	Título: A Educação de Jovens e Adultos: análises a partir dos perfis dos Ingressantes. Autora: SILVA, Quelem S. (2022)	Não apresenta	Pesquisa qualiquantitativa de cunho exploratório por meio de pesquisa documental.

Fonte: As autoras, com base nos dados da ANPED/Norte.

Com base nos anais, das 228 publicações apresentadas, apenas cinco eram com a temática EJA, sendo que três foram em políticas para EJA.

A primeira é intitulada *O currículo de EJA em escola quilombola na Amazônia paraense: Avanços e limites ao reconhecimento das comunidades quilombolas.* Vinculada aos GTs 03, 06 e 18 (agrupados na reunião realizada na UNIFAP), a pesquisa tem como foco a análise do currículo no recorte étnico-racial e sua relação com a perspectiva intercultural crítica, buscando identificar suas contribuições para esse debate. Os autores examinam os avanços e limites da prática curricular na escola de EJA no que se refere

ao reconhecimento dos saberes e modos de vida da comunidade quilombola Moju Mirim. Para tanto, tomam como principais referenciais teóricos Gadotti (2003) e Streck e Moretti (2013). No entanto, o texto não apresenta palavras-chave, nem explicita de forma clara o percurso metodológico em seu resumo e introdução, o que impossibilitou a compreensão do posicionamento e da teoria metodológica aplicada.

A segunda publicação intitula-se *Precarização das condições de trabalho docente na EJAI*[8]*: um olhar sobre a valorização profissional.* Vinculada aos GTs 03, 06 e 18, analisa as implicações da precarização contratual na carreira e na remuneração docente nessa modalidade de educação. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, utilizando como procedimentos metodológicos entrevistas semiestruturadas e o levantamento documental. Entre os principais referenciais teóricos, a autora destaca: Chizzotti (2010), Hypolito (2013), Oliveira (2007) e Oliveira e Assunção (2010).

Na terceira pesquisa, com o título *O direito à Educação para Jovens e Adultos privados de liberdade: Uma análise a partir do estado do conhecimento.* Vinculada aos GTs 03, 06 e 18, a pesquisa busca conhecer as tendências e lacunas das pesquisas com foco no direito à educação das pessoas privadas de liberdade, efetivado pela EJA. A metodologia utilizada é por meio de pesquisa bibliográfica, tendo como principais teóricos Onofre e Julião (2013).

Nestas pesquisas, apesar de não trazerem elementos textuais importantes, como palavras-chave e indicação explícita nos resumos, ainda assim, foi possível identificá-las como sendo discussões em políticas para a EJA, a partir dos questionamentos críticos, feitos nos textos introdutórios.

Quanto ao vínculo institucional das pesquisas, identificou-se a seguinte distribuição: uma publicação da Universidade Federal do Tocantins (UFT), duas da Universidade Federal do Pará (UFPA) e duas da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Com base nos títulos apresentados, observa-se que, das cinco publicações, apenas três trataram a questão da EJA como foco central de discussão (supracitadas). Nas outras duas, a temática aparece em segundo plano, articulada a assuntos como itinerários formativos por meio da Educação a Distância (EaD) e a análise do perfil dos estudantes da EJA.

A quinta reunião regional da ANPEd Norte, em 2024, foi sediada pela Universidade Federal de Roraima (UFRR), Boa Vista/RO, com o tema Os Desafios da Educação na Amazônia em Territórios Transfronteiriço. As publicações foram identificadas conforme o Quadro 6 a seguir.

[8] Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI). Apesar de não ser a sigla oficial, alguns espaços acadêmicos vêm utilizando a sigla EJAI para dar mais visibilidade aos tempos de vida e sujeitos. Trata-se, portanto, de um posicionamento ideológico de inclusão que vem se popularizando nos espaços acadêmicos. Aqui, especificamente, respeita-se o termo utilizado na publicação citada.

Quadro 6 - Publicações sobre EJA nas Reuniões da ANPED/Norte/Roraima

Cidade/ Estado	Grupo de Trabalho	Produção/ Autores	Palavras-chave	Metodologia Utilizada
Belém/ Pará	GT-03 06 14 17 18 Movimentos sociais. Filosofia, Sociologia, Educação Popular e EJA	Título: Educação e linguagem: uma análise do livro didático de língua portuguesa na Educação de Jovens e Adultos na Amazônia Tocantina. Autora: DOMINGUES, Andrea (2024)	Educação de Jovens e Adultos; Cultura; Discurso Memória	Pesquisa qualitativa e etnográfica; com perspectiva teórica e metodológica da Análise do Discurso
Manaus/ Amazonas	GT-03 06 14 17 18 Movimentos sociais. Filosofia, Sociologia, Educação Popular e EJA	Título: A Educação de Jovens e Adultos: um estudo sobre a formação contínua do professor da SEMED Manaus no contexto amazônico. Autoras: SINFRONIO, Odelice; COSTA, Lucinete (2024)	Educação de Jovens e Adultos; Formação Contínua; Desafios; Contexto Amazônico.	Pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com observação participante e entrevista semiestruturada.
Manaus/ Amazonas	GT-03 06 14 17 18 Movimentos sociais. Filosofia, Sociologia, Educação Popular e EJA	Título: A Educação Popular e o pensamento de Paulo Freire na experiência do NEPE/FACED-UFAM: apontamentos sobre resistência, humanização e emancipação na Amazônia. Autora: FEITOZA, Ronney (2024)	Educação Popular; Paulo Freire; Amazônia; Emancipação	Pesquisa qualitativa com revisão de literatura e análise documental das pesquisas acadêmicas.

Fonte: As autoras, com base nos dados da ANPED/Norte.

Com base nos anais, das 251 publicações apresentadas, apenas três eram com a temática EJA, sendo uma vinculada à Universidade Federal do Pará (UFPA) e duas à Universidade Federal do Amazonas (UFA). Com base nos elementos textuais apresentados, as três publicações trazem a EJA em segundo plano de discussão. Apesar de nas duas primeiras publicações, trazerem em suas palavras-chave a EJA em primeiro plano (observadas no quadro), no texto, as discussões são voltadas para temáticas que incluem a modalidade como contexto, abordando temas como: o discurso nos livros didáticos de língua portuguesa, formação de professores e Educação Popular de Paulo Freire.

Quanto aos Grupos de Trabalho, vale destacar que na UFRR, embora os GTs estejam organizados em até cinco grupos, nos anais as publicações estão diretamente vinculadas ao GT específico ao qual pertencem, estando devidamente identificadas. A primeira tem origem no GT-14, já as duas últimas (UFA), uma é do GT-18 e a outra, do GT-17 (respectivamente no quadro). Nestas pesquisas, são apresentados todos os elementos textuais introdutórios, importantes para a identificação imediata da temática desenvolvida, como palavras-chave e indicação explícita dos procedimentos metodológicos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa bibliográfica, de acordo com Severino (2007), pode possibilitar ao pesquisador o aprimoramento e atualização do conhecimento científico acerca do que pretende investigar. Realiza-se a partir do registro disponível em documentos impressos decorrentes de pesquisas anteriores. Sob essa ótica, as publicações selecionadas que trouxeram a temática EJA tornam-se fontes importantes a serem exploradas e utilizadas como referências na produção de trabalhos científicos realizados no contexto amazônico.

No caso das Ciências Humanas e Sociais, em metapesquisa, Mainardes (2018) considera que podem existir explicações distintas e variar de acordo com a perspectiva epistemológica do pesquisador, quanto à forma de organização e sistematização da amostra de dados. Considerando, portanto, as orientações do autor nesse processo de análise dos dados, associadas à abordagem teórica-metodológica do MHD, é que se pretende analisar os dados obtidos referentes às políticas para EJA.

Trilhando as orientações de Mainardes (2018, p. 312), a organização e sistematização da amostra é uma etapa importante para a compreensão da pesquisa, conforme o autor, é importante que os textos da amostra sejam "[...] registrados em uma planilha, a qual pode conter, entre outros dados: referência completa, resumo, palavras-chave e os itens que serão considerados na análise". Dessa forma, conforma técnica de Análise de Conteúdo (Moraes, 1999), foi possível extrair dos títulos, resumos, palavras-chave, dados significativos para a *categorização e análise* dos dados das publicações, apresentados a seguir.

Nos Anais das Reuniões da ANPED/Norte, foram encontradas 25 publicações que versaram sobre a temática EJA, porém, apenas seis delas discutiam políticas para a EJA, o que compreende 24% dos trabalhos catalogados, sendo duas na ANPEd/PA, uma na ANPEd/AC e três na ANPEd/AP. Essas pesquisas se destacaram por trazerem a **temática das políticas para EJA**, em abordagem diversas, como: políticas educacionais para a EJA, inclusão na modalidade (pesquisas vinculadas à UEPA); o direito à educação de jovens, adultos e idosos (pesquisa vinculada à UFPA); o direito ao currículo identitário das comunidades Quilombolas na Região do Pará (pesquisa vinculada à UEPA), formação e valorização de professores da EJA (pesquisa vinculada à UFPA) e direito à educação de pessoas privadas de liberdade (pesquisa vinculada à UNIFAP).

Tais abordagens, além de revelarem a perspectiva epistemológica dos pesquisadores, podem refletir o modo como essas políticas são formuladas e implementadas em distintos contextos amazônicos. Nesse sentido, Mainardes (2018) afirmar que as pesquisas em políticas educacionais expressam interpretações acerca da política ou de programas no contexto da prática nas escolas - tarefa que é assumida e desenvolvida pelos pesquisadores de formas diversas e evidenciadas em diferentes abordagens do objeto EJA.

Referente as outras publicações, que corresponde à 76% das pesquisas (19 trabalhos) que discutiam EJA, mas não tratavam especificamente de políticas para a modalidade, mas trouxeram discussões relevantes do tema, agrupados em: currículo, educação especial, práticas pedagógicas,

educação ambiental, o perfil do jovem estudante EJA, dentre outras abordagens. Essas abordagens, refletem as inquietações que esses pesquisadores têm, pois, ao discutirem os problemas que envolvem a modalidade no âmbito amazônico, de certa forma, estão denunciando as desigualdades socioeducacionais, assim como a negação do direito à educação, à estrutura e qualidade de ensino aos grupos populares oprimidos (Freire, 1987).

Quanto à **abrangência do campo temático nessas pesquisas**, o Ensino Médio foi a etapa mais pesquisada, cujos objetos de análise eram mais variados, voltados para: referencial Curricular, metodologias, práticas pedagógicas, Educação ambiental, Educação Especial e Inclusiva, e uma pesquisa sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA. Da Educação Fundamental, destacam-se três pesquisas com temas relativos à: Avaliação da Aprendizagem, Qualidade de Ensino em escolas municipais e educação inclusiva.

Em meio à reformulação do Novo Ensino Médio, a EJA como modalidade de ensino nesse segmento, é ignorada nas diretrizes que compõem esta política de implementação. Haddad (2007) discute como as diretrizes, reformas e programas educacionais vêm mantendo a EJA em posição marginal em relação às políticas públicas. A modalidade, em muitos casos, é evidenciada através de programas de governo como garantia de direito à educação para esse público. À luz do pensamento marxista, a EJA permanece tensionada entre a invisibilidade histórica e a luta por reconhecimento como política pública. Essa tensão é ainda maior diante da subordinação que há nas políticas educacionais nacionais vigentes, que conforme Frigotto (2022), buscam de todas as formas manter o projeto hegemônico de educação.

Em relação aos **Grupos de Trabalho (GT),** é importante destacar que em várias Instituições (sede), estes aparecem em agrupamento, no que tange à denominação do campo de estudo. Foram observadas, em especial nas Reuniões da ANPEd/AP na qual os GT estão denominados, em: GT 03/06/18 - Movimentos Sociais, Educação Popular e EJA; e com maior amplitude, na Reunião da ANPEd/Pará, na qual os temas relacionados à EJA aparecem em de GT diversos, como: TG: 12, 15, 20 e 22 - Currículo, Educação Especial, Psicologia da Educação, Educação Popular e Educação Ambienta, (respectivamente).

Diante dessa observação, é importante voltar às referências de Azevedo e Aguiar (2001, p. 50), concernentes ao processo de institucionalização dos GTs, cuja trajetória e papel de aglutinador/difusor do conhecimento se produz sobre a área, e são alimentados pelo que ocorre em outros espaços institucionais, "[...] o alimento advém, sobretudo, das práticas sociais que configuram a produção do conhecimento nos Programas de Pós-Graduação em Educação associadas à ANPEd". Tal conceito pode justificar as particularidades de agrupamento que existem nos GTs supracitados, em que as temáticas são diversas, dentro do mesmo campo de investigação e discussão. Conceito que respalda a busca pela temática em todos os GTs nos Anais das Instituições que sediaram as Reuniões da ANPEd/Norte.

Acerca das pesquisas com **foco na Amazônia e temas locais**, ao todo foram 22 publicações, totalizando 88% das pesquisas. Destas pesquisas analisadas, destacaram-se duas, que trouxeram discussões que abordam as peculiaridades do povo amazônico no âmbito da EJA, foram elas**:** *O desvelar do currículo*

na Educação de Jovens e Adultos no cenário ribeirinho da Amazônia: um ressignificar das ideias forças de Paulo Freire (de autoria de Maria Barbara da Costa Cardoso) e *O currículo de EJA em escola quilombola na Amazônia paraense: avanços e limites ao reconhecimento das comunidades quilombolas* (de autoria de Lucila Leal da Costa Araújo e Sérgio Roberto Moraes Corrêa). Ambas vinculadas à Universidade Estadual do Pará (UEPA).

Estas publicações em destaque, chamam atenção pela relevância das discussões, ao problematizarem a realidade dos estudantes da EJA emergentes na conjuntura amazônica. São pesquisas que colocam em foco as comunidades tradicionais da Amazônia, revelando aspectos de sua cultura, modos de vida e resistências históricas, contribuindo para dar visibilidade a sujeitos historicamente marginalizados. Entretanto, sob a ótica da perspectiva marxista de educação, conforme Lombardi (2017), a EJA no contexto amazônico também está inserida no projeto educacional articulado à lógica do capital, no qual a escolarização tende a atender, em certa medida, às demandas de exploração da força de trabalho das populações menos favorecidas.

Por essa lógica, problematizar as políticas educacionais destinadas à EJA, torna-se fundamental, especialmente no que se refere à forma como vêm sendo formuladas para a modalidade na Amazônia. Partindo do princípio da **totalidade,** como categoria analítica no MHD, tais políticas devem ser compreendidas como parte de um conjunto mais amplo das relações sociais historicamente determinadas, que articulam educação, trabalho e interesses do capital. Pois, ao mesmo tempo em que se propõem a ampliação do acesso à escolarização na Amazônia, as políticas vigentes promovem somente a formação de mão de obra local, com o discurso de conhecimento igualitário, subordina a educação às exigências do mercado capitalista ignorando as especificidades socioculturais dos sujeitos da EJA na região.

Diante disso, pesquisas voltadas às temáticas regionais cumprem um importante papel ao estimular o debate sobre as políticas educacionais destinadas à população amazônica. De acordo com Ferreira *et al.* (2023), a educação na Amazônia enfrenta o desafio de integrar práticas sustentáveis ao currículo como forma de valorizar e preservar os saberes tradicionais. Nesse contexto, investigações nessa área podem contribuir para a formulação de políticas educacionais emergentes, de importância vital para o desenvolvimento da região, sem, contudo, invisibilizar a história e a cultura que caracterizam o povo amazônico. Ao mesmo tempo, tais estudos denunciam a ausência de políticas públicas que contemplem de forma efetiva as questões socioeducacionais dos trabalhadores da EJA na Amazônia.

Observa-se que, nas últimas décadas, as políticas educacionais vigentes ao priorizarem a padronização curricular e a adoção de parâmetros baseados em competências e habilidades estabelecidas, tendem a desconsiderar as particularidades históricas, culturais e territoriais que caracterizam os contextos amazônicos. Nesse cenário, tais políticas reforçam processos de homogeneização do ensino, que persistem na padronização de modelos educacionais que nada dialogam com as experiências e os saberes locais. Como consequência, conforme Frigotto (2022), essas políticas contribuem para a manutenção da

hegemonia na educação, dificultando a construção de práticas educativas contextualizadas e socialmente significativas para os sujeitos da EJA.

É fato que essas políticas não são recentes e resultam de processos históricos que vinculam a educação da classe trabalhadora, assim como da EJA, à reprodução das relações de produção capitalistas. Sob o princípio da **historicidade**, evidencia-se a luta constante pela incorporação das particularidades regionais na elaboração das políticas para a modalidade, o que permite compreender tais produções científicas elencadas, como **expressões de uma totalidade social** marcada por contradições e disputas entre projetos educacionais descontextualizados e o reconhecimento das realidades locais da EJA.

De modo geral, observou-se que nas Reuniões Científicas da ANPEd/Norte, houve uma significativa participação das Instituições do Estado do Pará, totalizando 64% das produções publicadas, sendo: UEPA com nove publicações e UFPA com sete publicações. Esse resultado, sugere tanto a maior consolidação que pode haver nos programas de pós-graduação em Educação no Estado, quanto a disponibilidade de recursos e incentivo à pesquisa nessas Instituições, em comparação aos outros Estados da Região Norte. Ao mesmo tempo, essa concentração pode evidenciar a necessidade de maior participação das Instituições Amazônicas, de modo a ampliar os olhares e de contextos sobre a EJA e outras temáticas educacionais no âmbito da ANPEd/Norte.

Por fim, na maioria dos estudos, os dados empíricos se dão a partir de contextos locais. Observou-se que há um esforço dos autores em investigar problemas que estão interligados à realidade concreta dos sujeitos envolvidos da EJA amazônica. Em síntese, as publicações têm aplicabilidade dialética, conforme proposto por Gamboa (2008), em pesquisa educacional, esse tipo de abordagem é fundamental para entender as complexidades entre os diversos fatores socioeconômicos e educacionais na Amazônia. Logo, com Educação de Jovens e Adultos não pode ser diferente, a EJA, deve ser problematizada e discutida em todos os contextos da realidade local e dimensões da vida amazônica: das periferias urbanas às aldeias indígenas e comunidades ribeirinhas.

CONCLUSÕES

Este artigo permitiu evidenciar as pesquisas relacionadas às políticas para EJA no contexto amazônico, no âmbito dos anais das reuniões regionais da ANPEd Norte. No entanto, pela escassez de produções no tema, converteu-se em levantamento sobre a EJA em sentido amplo. Com a ampliação do mesmo, a pesquisa evidenciou, sobretudo, que existe uma grande lacuna em pesquisas sobre políticas para a EJA na Região Amazônica.

Esse resultado evidencia a fragilidade da presença da EJA nas discussões dos GTs, revelando a marginalização das discussões sobre políticas públicas voltadas para a modalidade. A baixa representatividade indica não apenas o esvaziamento da temática nas reuniões regionais da ANPEd Norte, mas também pode contribuir para a manutenção das desigualdades históricas que atingem jovens e adultos trabalhadores em processo de escolarização na Amazônia.

Cabe destacar que no período analisado, 2016-2024, no âmbito das políticas de/para a EJA, estava em curso um conjunto de ações que aprofundaram as bases neoliberais adotadas no país, tais como: a aprovação da Emenda Constitucional n. 95/2016, que instituiu o teto de gastos públicos, a reforma do Ensino Médio, o apagamento da EJA na BNCC, as mudanças nas políticas curriculares instituídas nas diretrizes curriculares da EJA, especialmente no período de 2018 a 2021, a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos e Diversidade e Inclusão (SECADI), a significativa redução no financiamento das ações voltadas a EJA e descontinuação de programas federais existentes (como o Programa Brasil Alfabetizado), a centralidade dada aos exames de certificação em detrimento de ações voltadas a alfabetização, entre tantas outras.

Todos esses destaques foram/são temáticas emergentes nesse tempo histórico e que aquecia o debate no âmbito das entidades representativas e movimentos sociais em defesa da EJA, entretanto, foram pouco presentes no campo da produção cientifica no contexto da Amazônia. Em vista disso, merecem ser objetos de investigação de forma a fortalecer os GTs que discutem políticas para a EJA na ANPEd/Norte. Além disso, é imprescindível chamadas específicas para trabalhos sobre políticas para a EJA em Grupos Especiais de Trabalho e/ou de articulação com movimentos sociais e redes de EJA da Amazônia.

Portanto, o mapeamento realizado nos anais dos eventos regionais da ANPEd Norte, espaço de ampla visibilidade da produção do conhecimento no âmbito da pesquisa cientifica e pós-graduação em educação no país, evidencia a relevância de pesquisas que fortaleçam o debate acadêmico e político sobre as políticas para a EJA no âmbito amazônico. As produções científicas no campo educacional são fundamentais para explicitar os desafios históricos que atravessam a modalidade, a qual, conforme destaca Arroyo (2017), vem “re-existindo” diante de obstáculos que extrapolam o espaço escolar e se enraízam nas desigualdades estruturais da sociedade brasileira. Nesse contexto, torna-se imprescindível ampliar esforços e sensibilização junto aos Programas de Pós-Graduação da Região Norte, a fim de consolidar a produção de conhecimento sobre políticas educacionais e dar visibilidade à “re-existência” dos povos historicamente invisibilizados.

Nesse sentido, a ANPEd Norte representa um espaço importantíssimo de discussão e de socialização dos resultados das investigações científicas na área da educação. Ao cumprir a função de legitimar a produção da comunidade acadêmica com a qual interage, representada nos GTs, a instituição amplia a divulgação dessas pesquisas. Tal visibilidade, representa significativo potencial para enriquecer o debate e provocar reflexões que possam reverberar em agendas futuras para pesquisa, bem como em possíveis mudanças na formulação de políticas públicas voltadas à EJA na região Norte.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. O direito à diversidade resistente. *In:* ARROYO, Miguel. **Passageiros da noite:** do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. p. 179-185.

ANPED. Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação. Anais das Reuniões Regionais da ANPED. Disponível em: https://anais.anped.org.br/regionais/. Acesso em: 02 jul. 2024.

AZEVEDO, Janete Maria; AGUIAR, Marcia Ângela. A produção do conhecimento sobre política educacional no Brasil: um olhar a partir da ANPED. **Educação & Sociedade,** Campinas, v. 22, n. 77, dez. 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/Wcd8Kv98FVHH6TzLTrvWDmd/abstract/?lang=pt. Acesso em: 11 jun. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEISIEGEL, Celso. Considerações sobre a política da União para a educação de jovens e adultos analfabetos. **Revista Brasileira de Educação,** Rio de Janeiro, n. 4, p. 26-34, jan./abr. 1997. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24781997000100003. Acesso em: 22 maio 2024.

BRANDÃO, Zaia. A teoria como hipótese. *In*: BRANDÃO, Zaia. **Pesquisa em educação**: conversas com pós-graduandos. Rio de Janeiro: Loyola, 2002, p. 61-71. Disponível em: http://www.jpe.ufpr.br/n15_r.pdf. Acesso em: 15 jun. 2023.

BOUDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência:** por uma sociologia clínica do campo científico**.** Tradução de Denice Barbara Catani. São Paulo: UNESP, 2004.

BUBER, Martin. **Eu e tu**. Tradução de Newton Aquiles Von Zuben. São Paulo: Centauro, 2004.

CAVALCANTE, Lucíola Inês Pessoa; WEIGE, Valéria Augusta. Educação na Amazônia: oportunidades e desafios. *In:* MELLO, Alex Fiúza de. (org.). **O futuro da Amazônia**: dilemas, oportunidades e desafios no limiar do século XXI. Belém: EDUFPA, 2002, p.71-86.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

DALBOSCO, Cláudio A. Pesquisa educacional e experiência humana na perspectiva hermenêutica. **Cadernos de Pesquisa,** São Paulo, v. 44, n. 154, out. 2014, p. 1028–1051. DOI: https://doi.org/10.1590/198053142820.

DIAS Marian; CORDEIRO, Denilson; JACOMINI, Márcia. (orgs.). Pesquisa em políticas educacionais: características e tendências. Feira de Santana: **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 2, p. 1-4, 2016. DOI: https://doi.org/10.5212/retepe.v.2.010. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/retepe/article/view/10483. Acesso em: 10 jul. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em: https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Pedagogia-da-Autonomia-Paulo-Freire.pdf. Acesso em: 22 ago. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: https://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia_do_oprimido.pdf. Acesso em: 23 ago. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Autoritária e regressiva reforma: o novo ensino médio. **Retratos da Escola**, Brasília, v**.** 16, n. 34, 2022, p. 7–12. DOI: https://doi.org/10.22420/rde.v16i34.1487. Disponível em: https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1542. Acesso em: 27 ago. 2024.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho**: ensinar e aprender com sentido. Novo Hamburgo: Feevale, 2003.

GAMBOA, Silvio Sánchez. **Pesquisa em educação:** métodos e epistemologias. Chapecó, SC: Argos, 2008.

GONÇALVES, Aline. Uso de resumos e palavras-chave em Ciências Sociais: uma avaliação. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação.** Florianópolis, v. 13, n. 26, p. 78-93, 2008. DOI: https://doi.org/10.5007/1518-2924.2008v13n26p78. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2008v13n26p78. Acesso em: 10 jul. 2023.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2004. Disponível em: https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/08/Gramsci.pdf. Acesso em: 10 jul. 2023.

HADDAD, Sérgio. A ação de governos locais na educação de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 35, maio/ago. 2007. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-24782007000200002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/nC5smz7HLbjrKbDHpCxzjmw/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 27 ago. 2023.

HOFLING, Eloisa. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. XXI, n. 55, nov. 2001. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-32622001000300003. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf. Acesso em: 11 dez. 2023.

HYPOLITO, Álvaro Luiz Moreira. Trabalho docente e o novo Plano Nacional de Educação: valorização, formação e condições de trabalho. **Cadernos CEDES,** Campinas, v. 33, n. 89, p. 291-305, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccedes/a/MBxtWzyDKPxw8N3LL9f74pM/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 22 ago. 2024.

LOMBARDI, José Claudinei, Educação, Ensino e Formação Profissional em Marx e Engels. *In:* LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval (org.). **Marxismo e educação**: debates contemporâneos. Campinas, SP: Autores Associados, 2017. p. 1-38.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACEDO, Elizabeth. Currículo: política, cultura e poder. **Currículo sem Fronteiras**, Rio de Janeiro, v.6, n.2, p. 98-113, jul./dez. 2006. Disponível em: http://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss2articles/macedo.pdf Acesso em: 10 dez. 2023.

MAINARDES, Jefferson. A pesquisa no campo da política educacional: perspectivas teórico-epistemológicas e o lugar do pluralismo. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 300-306, 2018. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230034. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/BcRszVFxGBKxVgGd4LWz4Mg/abstract/?lang=pt. Acesso em: 11 mai 2024.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. Disponível em: https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/o-capital-livro-1.pdf. Acesso em: 11 maio 2024.

MATOS, Cleide; ANDRADE, Antônia. Pós-graduação em educação no estado do Amapá: os grupos de pesquisa sobre política educacional. **Revista Brasileira de Educação,** Rio de Janeiro, v. 30, e300042, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-24782025300042. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-24782025000100227&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27 mai 2024.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, São Paulo, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. DOI: https://doi.org/10.1590/S1516-73132003000200004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ciedu/a/SJKF5m97DHykhL5pM5tXzdj/?lang=pt. Acesso em: 18 set. 2024.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Política educacional e a re-estruturação do trabalho docente: reflexões sobre o contexto atino-americano. Educação & sociedade, Campinas, v. 28, p. 355-375, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/dP53KQNStwwKmZZ8QDDzFXc/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 07 abr. 2025.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; ASSUNÇÃO, Ada. Condições de trabalho docente. *In:* OLIVEIRA, Dalila; DUARTE, Adriana Cancella; VIEIRA, Lívia Fraga(org.). **Dicionário:** trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: https://gestrado.net.br/dicionario_verbete/condicoes-de-trabalho-docente/. Acesso em: 11 abr. 2025.

ONOFRE, Elenice Cammarosano; JULIÃO, Elionaldo Fernandes. A educação na prisão como política pública: entre desafios e tarefas. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 51-69, jan./mar. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edreal/a/V5W4MGrPhHnWn4HGNKcrs5L/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 22 abr. 2024.

PIOVESAN, Flávia. Ações Afirmativas e Direitos Humanos. **Revista USP**, São Paulo, n. 69, p. 37-43, 2006. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i69p36-43. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13511. Acesso em: 28 jul. 2023.

SAVIANI, Demerval. Vicissitudes e perspectivas do direito à educação no Brasil: abordagem histórica e situação atual. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 124, jul./set. 2013, p. 743–760. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-73302013000300006. Disponível em: http://www.cedes.unicamp.br. Acesso em: 10 ago. 2023.

SECRETO, María. A ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas: do “Discurso do rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 40, 2007, p. 115-135. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1288. Acesso em: 10 ago. 2023.

SEVERINO, Antônio. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, Ângelo. A política educacional e seus objetos de estudo. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 1, n. 1, p. 75–89, 2017. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/retepe/pt_BR/article/view/10450. Acesso em: 16 jul. 2023.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. DOI: https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/abstract/?lang=pt. Acesso em: 12 ago. 2023.

STRECK, Danilo Romeu; MORETTI, Cheron Zanini. Colonialidade e insurgência: contribuições para uma pedagogia latino-americana. **Revista Lusófona de Educação**, v. 24, 2013. Disponível em: https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/4176. Acesso em: 21 jan. 2026.

Submetido: 23/01/2026
Correções: 08/03/2026
Aceite Final: 23/03/2026